



GOMES, Maria Rosa

(n. 1940)

Nasceu a 9 de julho de 1940, em Lisboa. Concluiu o Curso Geral dos Liceus. Foi sócia e assegurou a gestão de uma empresa familiar, antes, durante e depois da sua participação na Constituinte. Membro da comissão de mulheres do MDP/CDE de Almada, em 1969. Foi eleita para a Assembleia Constituinte na lista do Partido Socialista (PS) pelo círculo de Lisboa, tendo sido a 37.^a deputada eleita por esta força política e entrando em substituição do deputado José Medeiros Ferreira. Em Plenário, abordou os problemas que afetavam as mulheres portuguesas. Na sessão de 23 de março de 1976, criticou que, no período de quase dois anos, «não viu alterado o seu estatuto de dependência, de obscurantismo, de exploração», situação que qualificou como «um grave erro contra o futuro». As mulheres estavam, a seu ver, arredadas do processo democrático: «A sua presença é nula ou insignificante, tanto nos órgãos do poder, como, em evidência, nos partidos, nos sindicatos, nas cooperativas ou em quaisquer outras associações. (...) o que pretendemos é apenas alertar para o afastamento sistemático da mulher de todas as decisões, mesmo das que mais diretamente lhes dizem respeito, situação que tende a acentuar-se cada vez mais e que, afinal, pouco difere da que vivíamos antes de 25 de Abril de 1974. (...) É portanto imperioso que os partidos democráticos de esquerda se consciencializem das respostas que lhes serão exigidas, porque será neles que votarão as mulheres trabalhadoras deste país. Porque elas bem sabem, mesmo que empiricamente, que somente nos programas desses partidos se encontram propostas capazes de alterar a sua situação.» (DAC n.º 124, 24 de março de 1976) Na mesma intervenção, Maria Rosa Gomes versou, segundo relata em depoimento, «uma das minhas grandes preocupações de sempre, o flagelo do aborto clandestino e a necessidade e urgência da respetiva despenalização, assunto que levei à direção da bancada, para que me fosse permitido intervir nesse sentido. Preparei a intervenção, redigindo-a em conjunto com outra deputada, Maria do Pilar Barata, e reivindiquei lê-la em Plenário. Não foi fácil... não é oportuno nem conveniente. Mas consegui. Esta intervenção teve alguma repercussão na imprensa, principalmente regional, e deu origem a inúmeros debates e colóquios. Mesmo assim, mais tarde, num qualquer opúsculo, o Partido Socialista fez constar que o seu deputado na Assembleia da República António Lopes Cardoso tinha sido o primeiro deputado a intervir naquela casa sobre tal assunto». Retrospectivamente, assinala o caráter masculino da Assembleia: «Ao tempo, não havia quotas para a inclusão de mulheres e as poucas que foram integradas nas listas, em lugares elegíveis, foram-no, maioritariamente, para ser mostrado que os partidos estavam atentos ao género. O comportamento de alguma superioridade e a inerente não assunção de que haveria ali mulheres com mais aptidões do que muitos homens – que se escolhiam entre si para as principais responsabilidades e exibição do que ali se fazia – era coisa entendida e consentida como natural.» Assinala que «o 25 de abril de 1976, em que a Constituição foi aprovada em Plenário, foi, do ponto de vista político, um dos dias mais felizes que vivi».

Posteriormente, Maria Rosa Gomes assumiu responsabilidades na direção do Partido Socialista e na sua estrutura organizativa, vindo a demitir-se, por razões de divergência política, da Comissão Diretiva. Permaneceu na Comissão Nacional até 1980, em que já não aceitou integrar a respetiva lista.

Ana Cabrera e Carla Martins

Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 124 (24 de março de 1976); Depoimento de Maria Rosa Gomes, em 2 de março de 2016.

GONÇALVES, Avelino António Pacheco (n. 1939)



Nasceu em Santiago do Bougado, Santo Tirso, a 10 de julho de 1939. Filho de José Pinto Gonçalves Júnior e de Júlia da Conceição Pereira, frequentou a Escola Comercial Oliveira Martins, o Instituto Comercial do Porto e a Faculdade de Economia do Porto. Inicia, em 1957, atividade profissional como empregado bancário, integrando os corpos gerentes do Sindicato dos Empregados Bancários do Porto e da Direção da Corporação de Crédito e Segurança. Militante do Partido Comunista Português (PCP) desde 1965, a partir de 1972 assume a presidência da direção do Sindicato dos Empregados do Porto, na qual se mantém até maio de 1974. Após o 25 de Abril de 1974, indicado pelo PCP, ocupa o cargo de ministro do Trabalho do I Governo Provisório, chefiado por Adelino da Palma Carlos. É então criado o primeiro salário mínimo nacional (Decreto-Lei n.º 217/74, de 27 de maio de 1974), abrangendo cerca de 56 % dos trabalhadores portugueses. Em paralelo, Avelino Pacheco Gonçalves teve de lidar com um clima conturbado no setor, traduzido em greves, manifestações e múltiplas reivindicações de trabalhadores (algumas em frente do próprio Ministério do Trabalho). A partir de 26 de agosto de 1975, substitui o deputado António da Silva Mota na Assembleia Constituinte, representando o PCP, pelo círculo do Porto. Integra a 3.ª Comissão para elaborar o projeto de articulado respeitante ao Título III da Parte I – Direitos e Deveres Fundamentais – Direitos e Deveres Económicos, Sociais e Culturais, a partir de 1 de setembro, substituindo o deputado Jerónimo de Sousa. São variadas as intervenções de Avelino Pacheco Gonçalves na Assembleia. No início de setembro, defendendo a consagração constitucional da unidade sindical – que fora recusada pelo PS, pelo PPD e pelo CDS – afirma que esta «é de um valor inestimável para os trabalhadores portugueses» (DAC n.º 43, 10 de setembro de 1975). Um dia depois, declara, no hemisfério, que «só a apropriação dos meios de produção pela sociedade pode garantir o fim do desemprego e da fome, o fim dos bairros de lata e do analfabetismo, o fim